



Mudar para evoluir: extensão rural 7.0

Change to evolve: rural extension 7.0

MARCHIORI, Antônio¹; VIEGAS, Isabel Fernandes Pinto²; MOREIRA, Silvia Rocha²; PERUCHI, Fernanda³; ROQUE, Antoniane Arantes de Oliveira⁴

¹ Associação Paulista de Extensão Rural (APAER), antonio_marchiori@terra.com.br; ² Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA Regional), ifpviegas@sp.gov.br; silvia.moreira@sp.gov.br; ³ Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), fernandape@sp.gov.br; ⁴ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), antoniane.roque@sp.gov.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: As mudanças tecnológicas ocorridas na agropecuária, nos últimos 70 anos, têm resultados contraditórios. Essas mudanças não promoveram, de forma clara, as conexões que deveriam existir entre sustentabilidade e segurança alimentar. As formas de interação entre a pesquisa agropecuária, a extensão rural e as instituições de ensino precisam ser revistas. A “extensão rural 7.0” propõe que as mudanças precisam ser estruturais e estratégicas. O Planejamento Participativo precisa evoluir para o “fazejamento participativo”, com visão de futuro, valorização das interações institucionais em rede, e monitoramento de resultados de impacto para curto, médio e longo prazos. As conexões entre sustentabilidade e segurança alimentar passam pela intensificação ecológica dos sistemas de produção agropecuária, para sua maior eficiência e valorização da gestão de pessoas e de relações de confiança.

Palavras-chave: agroecologia; intensificação ecológica; agricultura familiar; agricultura orgânica.

Introdução

As melhorias para a segurança alimentar da população brasileira, que poderia ser beneficiada pelo aumento da oferta de alimentos, esbarram em questões estruturais, como a falta de acesso, questões de distribuição de renda e a priorização das cadeias de produtos primários voltados à exportação. Grande parte das políticas e recursos públicos são voltados para financiar o modelo primário-exportador, cujos custos sociais e ambientais não estão sendo devidamente computados, apontando assim para a necessidade de mudanças do atual modelo.

As mudanças necessárias precisam ir além da lógica de reformar o modelo produtivo vigente. Sistemas produtivos que tenham a premissa da sustentabilidade e responsabilidade social devem ser enfatizados e priorizados pelas políticas públicas, até para que sirvam de laboratório - em termos de técnicas inovadoras com ganhos de produtividade e redução das externalidades. Os projetos de Extensão Rural devem definir objetivos e metas de atuação em redes sociotécnicas, incluindo a pesquisa para inovação tecnológica de produtos e processos. É preciso ter ferramentas que permitam monitorar o alcance das ações e sua sustentabilidade (MARCHIORI et al., 2015). A proposta da “Extensão Rural 7.0” destaca a



importância da visão sistêmica e temporal dos atuais modelos de produção agropecuária para alcançar as mudanças desejadas, atendendo à demanda por mais sustentabilidade e segurança alimentar.

Extensão Rural no Brasil

Para Diesel et al. (2022) um marco importante para a Extensão Rural no Brasil foi o advento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (Lei Federal n.º 12.188/10). O risco de o processo de estatização do serviço de extensão rural funcionar como um aparelho político partidário e de manutenção do *status quo* dos sistemas agroalimentares pode ter sido uma das razões do processo de descentralização desses serviços. No estabelecimento de relações para a implementação da política federal consagrou-se o uso de “chamadas públicas de ATER” (Assistência Técnica e Extensão Rural), sobretudo a partir de 2010.

Conectado a este passo, Diniz e Hespanhol (2022) apontam que em 2013, o governo federal, cedendo aos interesses e jogos de poder dos ruralistas no Congresso Nacional, adotou uma posição antagônica ao paradigma socioambientalista na extensão rural ao criar, por meio da Lei Federal n.º 12.897/13, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Essas medidas são associadas a processos de desmonte, desconstrução, desestruturação e desmantelamento da extensão rural no Brasil. Em substituição a uma extensão rural participativa e com visão crítica dos sistemas de produção agropecuária, o reenquadramento conservador propõe uma “Assistência Técnica e Gerencial” (ATEG). Em sua operacionalização, a ATEG recorre à utilização de suporte de tecnologias e sistemas digitais para registro e análise de dados, o que permite a sua aproximação a modelos de ATER Digital.

Entre as diversas linhas de ação da extensão rural com uma visão mais sistêmica, Labarthe e Beck (2022) apresentam o fortalecimento da competitividade e estruturação de cadeias produtivas; ações de manejo de ecossistemas; mitigação e adaptação a mudanças climáticas; bem como inclusão social e desenvolvimento local. Entre os objetivos a serem alcançados temos demandas dos agricultores (questões técnicas, econômicas e sociais) e necessidades da sociedade (manejo de carbono, biodiversidade, sustentabilidade e bem-estar animal). Dentro do setor privado temos ainda linhas de atuação mais focadas na assistência técnica, relacionadas às organizações que operam com compra e processamento de produtos agrícolas e/ou venda de insumos. Por outro lado, partindo do reconhecimento da relevância da atual crise no sistema agroalimentar brasileiro, os movimentos sociais têm investido, cada vez mais, na educação como estratégia de transformação social.

É importante considerar o potencial do uso dos meios de comunicação digital para o recebimento de orientação técnica. A revolução digital e a intensificação ecológica têm potencial para superar algumas das desvantagens de escala das pequenas e médias propriedades (BUAINAIM, CAVALCANTE e CONSOLINE, 2021). A extensão



rural pode funcionar como uma ponte com via de mão dupla entre pesquisadores e produtores, traduzindo as principais demandas e aproveitando as experiências práticas para que as tecnologias de base agroecológica sejam desenvolvidas e plenamente apropriadas, com ganhos de sustentabilidade. Caso a extensão rural não se reconfigure para acompanhar as mudanças, muitos agricultores familiares correm o risco de ficarem excluídos dos processos evolutivos de sustentabilidade para os agroecossistemas.

Extensão Rural em São Paulo

Nas duas últimas décadas, merecem destaque as ações de Extensão Rural realizadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), por meio dos Projetos Microbacias I e Microbacias II. O Microbacias I ajudou a popularizar a utilização de metodologias participativas, valorizando as relações interpessoais e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Os objetivos e metas foram voltados para as questões ambientais e as unidades de trabalho eram as microbacias hidrográficas. O Microbacias II não teve uma continuidade das ações do Microbacias I. Com base no argumento de que “agricultor no vermelho não preserva o verde”, os objetivos e metas passaram a ser voltados para apoiar os agricultores familiares para o acesso ao mercado. Por exigência do Banco Mundial, parte dos recursos foram direcionados para salvaguardas sociais e ambientais.

Foram selecionados planos de negócio de associações e cooperativas que precisaram mostrar viabilidade financeira para justificar os investimentos. No caso das comunidades tradicionais, as ferramentas utilizadas foram a elaboração participativa de Planos de Etnodesenvolvimento e Projetos Comunitários Executivos. A realização dessas ações só foi possível por meio de redes sociotécnicas com diversas instituições, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Os projetos ambientais do Microbacias II foram executados pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, com a destinação de recursos para apoiar projetos agroflorestais a partir de metodologias participativas. Ainda que esses projetos não tenham sido executados de forma integrada com os Planos de Negócio ou com os Plano de Etnodesenvolvimento das Comunidades Tradicionais, os impactos positivos alcançados mostram que a extensão rural pode atuar de forma diversificada para atender às demandas dos agricultores familiares e às demandas da sociedade por agroecossistemas mais sustentáveis. O impacto da atuação do projeto Microbacias II foi avaliado por auditoria contratada pelo Banco Mundial como sua melhor referência de investimentos em projetos de extensão rural em todo o mundo. Comparando o faturamento médio de organizações apoiadas e não apoiadas por cinco anos, o desempenho das que tiveram o apoio da extensão rural da CATI foi quatro vezes superior ao das que não tiveram. Isso proveu o abastecimento de alimentos mais seguros e mais baratos para toda a sociedade, trazendo assim uma linha de atuação séria de Extensão Rural que pode conciliar



frentes diversas de atuação do poder público, incentivando redes locais de desenvolvimento sustentável e de valorização dos povos tradicionais.

Extensão Rural 7.0

“Extensão Rural 7.0” é uma alusão à necessidade de evolução desses serviços. Os tempos de pandemia vieram para reforçar que os meios digitais são uma ferramenta importante, mas não podem substituir as relações humanas, mesmo porque, se sua implementação não vier acompanhada de educação para a inclusão digital, pode reforçar ainda mais as desigualdades. O nome “Extensão Rural 7.0” é usado aqui para estimular um salto de qualidade na revitalização da extensão rural no Brasil.

A “Extensão Rural 7.0” procura embasar a construção de uma revitalização para um sistema inovador, que é uma demanda organizacional mundial segundo orientações da FAO, apontadas em Nicolétis et al. (2019). Sua concepção propõe o uso estratégico das ferramentas digitais para facilitar a transição agroecológica e fortalecer os sistemas mais sustentáveis e de produção orgânica de forma inclusiva, cultivando as relações de confiança. A extensão rural de qualidade é feita “olho no olho”, de forma presencial, tendo os recursos digitais como ferramentas complementares à ação extensionista, que podem favorecer o estabelecimento de redes de cooperação e comunicação.

As ferramentas digitais não podem ser consideradas substitutas das relações pessoais. Elas podem reduzir o custo dos encontros, entretanto, além da inegável importância do contato pessoal para a construção de relações de confiança e reciprocidade, a inclusão digital não é universal, deixando à margem justamente os mais vulneráveis – idosos, analfabetos, comunidades isoladas. Tornar a extensão rural dependente do uso dessas ferramentas pode acentuar ainda mais as desigualdades sociais e ampliar o abismo que existe entre as diversas agriculturas que coexistem atualmente. A adoção crescente dessas ferramentas é fundamental, mas só a presença humana do extensionista pode sinalizar os seus limites.

A “Extensão Rural 7.0” leva em consideração: 1) uma visão sistêmica e multifuncional dos agroecossistemas; 2) as tecnologias de base agroecológica eficientes são o ponto de partida para a sustentabilidade; 3) o planejamento integral das unidades produtivas, a conservação produtiva; 4) a vocação dos territórios para aproveitar, proteger e conservar os patrimônios naturais; 5) a formação continuada das pessoas e o fortalecimento das relações de cooperação. A “Extensão Rural 7.0” e sua atuação propõem estimular o melhoramento dos processos caminhando no sentido de diversificar a produção, aproximar produtores e consumidores e melhorar a segurança alimentar da nossa sociedade. Entre as principais estratégias Calgareo et al. (2022) destacam a indicação dos melhores caminhos para diferentes formas de escoar os produtos e as melhores formas de adoção de novas tecnologias para ter mais eficiência, eficácia e efetividade. Visões multidisciplinares serão necessárias para promover valores como cooperação e generosidade, com fortalecimento das relações de confiança (ecoagriculturas), conforme Marchiori et al.



(2015). Para sua efetivação a “Extensão Rural 7.0” precisa levar em consideração que o alcance de impactos deve considerar ações para resultados no tempo por meio de eixos estruturantes, sendo de curto prazo, o Eixo 1 (Gestão, Organização Social e Mercado), o de médio prazo, Eixo 2 (Agroecologia e Produção Orgânica, com inovações tecnológicas), e de longo prazo, Eixo 3 (Cidadania e democratização das políticas públicas).

Ao se estabelecerem eixos estruturantes fica facilitado o estabelecimento de metas e indicadores temporais para monitorar os impactos e estimular os participantes das redes sociotécnicas de cooperação. Para ir além do planejamento participativo, e evitar o “populismo participativo” e a recorrência de “diagnósticos”, é vital adotar ferramentas de consenso para priorizar as ações. Para o “fazejamento participativo” pode-se recorrer ao uso de matrizes com critérios de priorização de ações de forma ponderada e participativa, usando critérios como gravidade, autonomia e benefícios.

Algumas demandas precisam ser apoiadas por políticas públicas específicas: compras públicas, crédito, regularização ambiental, projetos comunitários para povos e comunidades tradicionais. Entre essas demandas existe também a promoção da igualdade de gêneros (institucional e no meio rural) e a implementação de políticas específicas para a juventude rural. Todas essas questões, suas consequências limitantes e a busca por reparação histórica dos grupos marginalizados devem fazer parte da formação básica dos extensionistas e formuladores de políticas públicas.

Com o fortalecimento das estratégias propostas pela “Extensão Rural 7.0” será possível promover o desenvolvimento rural sustentável com sistemas de produção agropecuária e outras atividades rurais e urbanas que tenham relações de harmonia com a natureza e que, ao mesmo tempo, possam gerar renda de forma mais justa entre os envolvidos. Precisa-se de novas formas de produção de alimentos, de cuidados com os patrimônios naturais e de mais respeito e ética nas relações humanas. A Extensão Rural 7.0 propõe o fortalecimento de mais espaços e oportunidades para novas formas de ver o mundo, dialogando com os aspectos mais pragmáticos com valores e propósitos humanos mais solidários, que promovam a sustentabilidade regenerativa do planeta, a segurança alimentar e a cidadania.

Referências Bibliográficas

BUAINAIN, Antônio M., CAVALCANTI, P., & CONSOLINE, L. **Estado atual da agricultura digital no Brasil: inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais**. Documentos de Projetos LC/TS. Santiago: CEPAL. 2021.



CALGARO, Hemerson F.; SILVA, N.J.R.; SANTOS, W. **Circuitos alimentares de proximidades e a economia solidária**. CATI. DT 130. 203 p. 2022.

DIESEL, Vivien et al. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, 2021.

DINIZ, Raphael F.; HESPANHOL, A. N. Paradigmas da extensão rural em questão. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20, n. 3, 2022.

LABARTHE, Pierre; BECK, M. CAP and advisory services: from farm advisory systems to innovation support. **EuroChoices**, v. 21, n. 1, 2022.

MARCHIORI, Antônio et al. **Extensão Rural pública para viabilizar ecoagriculturas: para além da visão sistêmica rumo às estratégias de convivência no cotidiano**. In: I Congresso Paulista de Extensão Rural, Agudos/SP. 2015.

NICOLÉTIS, Évariste et al. **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. 2019. Disponível em <https://www.fao.org/family-farming>. Acesso em 12.07.2023.